

GRANDE ENTREVISTA

DIAMANTINO AZEVEDO MINISTRO DOS RECURSOS NATURAIS, PETRÓLEO E GÁS

“A Sonangol quer ter 10% da produção nacional em 5 anos”

Em três anos o ministro Diamantino Azevedo deu uma “grande” volta nos sectores do petróleo e dos diamantes. Alterou o modelo de gestão, criou a figura da agência reguladora e retirou a função concessionária às empresas públicas. Mas até ao final do mandato faltam concretizar outros objectivos, como nos explica.

João Armando (texto)
e César Magalhães (fotos)

Angola assume, pela primeira vez, a presidência da OPEP, sendo que é o próprio ministro que assume o lugar. Será importante para o nosso País porque se vai falar muito de Angola. Quais são as suas expectativas e objectivos para este mandato?

Primeiro há que esclarecer que a presidência da OPEP não é mérito por parte de Angola, antes advém de uma questão estatutária. A presidência é rotativa por ordem alfabética, no ano passado foi a Argélia, este ano é Angola e para o ano é o Congo. Nós não nos candidatámos, resulta dos estatutos. As tarefas do presidente também estão definidas pelos estatutos. Por isso, não podemos esperar que desta presidência resultem coisas extraordinárias. Nós, essencialmente, servimos para auxiliar o secretário-geral entre duas conferências de ministros da OPEP.

As tarefas são limitadas?

Fundamentalmente o presidente apoia o secretário-geral em contactos ao mais nível, com os governos quando é necessário, na preparação dos documentos para as conferências, nas relações ao nível da OPEP+, na definição dos orçamentos, etc. Nós não vamos para fazer uma revolução na OPEP. Não é possível.

Mas vai dar visibilidade a Angola pelo facto de ser o presidente.

Obviamente que teremos várias oportunidades para falar na media internacional sobre a OPEP e aproveitaremos esses momentos para falar de Angola, falar do nosso País. Vamos também levar algumas ideias que temos sobre a OPEP, que não gostaria de partilhar aqui, mas que iremos pôr à discussão. E isso tem a ver com uma maior dinâmica na união entre os países da OPEP e da OPEP+, e também trazer para mais perto ou nos países que têm hoje o estatuto de observadores. Queremos também abordar com maior profundidade a relação entre a OPEP e a APO, a associação dos países africanos produtores de petróleo. Ver como pode haver um melhor relacionamento.

Vai levar alguns técnicos angolanos para trabalhar na OPEP?

Temos de perceber o que se passa na OPEP. Não há um privilégio directo dos membros porém técnicos na organização. Entra-se por concurso, e as pessoas devem candidatar-se quando as vagas abrem. O que se tem passado é que nós nos candidatamos pouco, e quando nos candidatamos, não temos conseguido. Nesta altura, creio que temos uma técnica na OPEP, e depois temos o governador de Angola para a OPEP, que é o senhor Estevão Pedro. O que temos feito é divulgar o máximo que podemos quando há vagas, de forma a atrair jovens angolanos para concorrerem. Podemos é dar um apoio em termos de literatura, de conhecimento, para poderem preparar-se.

É a política de cortes de produção que lhe vai dar maiores dores de cabeça?

Em princípio, a política de cortes para este ano já está estabelecida. Mas nós fizemos cenários. Mas isso não é coisa que me cause receios, até porque gosto de desafios. A OPEP tem um grupo de especialistas muito grande, altamente qualificado, que está a acompanhar essa situação e que facilita a vida do secretário-geral e do presidente da OPEP. Depois temos é que analisar, trazer algum bom senso, e trazer também ideias diferentes. A função da OPEP não é fazer cortes, é contribuir para a estabilização do mercado.

Acha que a Arábia Saudita tem um peso excessivo na OPEP?

Não tem um peso excessivo, mas tem um peso relevante. E isso é natural, é o maior produtor. Mas não considero que seja excessivo.

“A presidência da OPEP não é por mérito por parte de Angola, antes advém de uma questão estatutária, é rotativa por ordem alfabética. (...) Não apresentámos uma candidatura”

Esse é um dos argumentos utilizado por aqueles que dizem que a OPEP é uma organização da Arábia Saudita. Sente isso? Não! Não sinto isso, nem pessoalmente, nem ao nível da delegação que vai para a OPEP. Sabe que Angola tem sempre um posicionamento próprio nas reuniões. Mas é natural que os maiores produtores tenham maior influência.

Conta-se uma história que o ministro teria abandonado uma reunião quando quisera cortar a produção a Angola. Isso é verdade?

E verdade! Abandonei sim senhora, é também uma forma de pressão que se usa. Expliquei porque é que tomei aquela atitude, porque é que estava contra a ideia de cortes. Estive fora uns minutos, depois fui novamente chamado, falámos e a nossa posição ficou vinculada. É um exemplo de que não há excessos por parte de um ou outro membro.

Em termos pessoais, acha que essa posição de presidente da OPEP também o valoriza? Imagino que para alguém que esteve sempre ligado ao sector, esse seja um cargo que faça parte das ambições profissionais.

Nunca me passou pela cabeça ser ministro dos Petróleos nem ser presidente da OPEP. Isso é um bônus, sinto-me honrado de servir o meu País em funções tão altas, e agradeço o convite que me foi feito pelo Presidente da República para integrar o governo. Mas não é algo que me faça pensar dessa maneira. Até porque não há qualquer mérito da minha parte, como expliquei, assumo o cargo porque nesta altura sou o ministro dos Petróleos de Angola. E também não me serviria para muita coisa, porque eu estou quase em fim de carreira. Mas é sempre agradável.

Qual é a sua perspectiva pessoal para a evolução do preço do barril para este ano?

Isso é sempre difícil, quer do petróleo quer das de outras commodities minerais. Existe uma série de fórmulas, de instrumentos técnicos, mas nesta altura o preço do petróleo depende também de factores psicológicos, depende da pandemia, depende da especulação bolsista, financeira e outra. É muito difícil, mas temos de fazer esse exercício, e o espelho desse exercício está no OGE.

O preço de 39 USD que está no OGE não é já a contar como uma folga, como aconteceu em 2020, de forma a ter uma almofada financeira?

Não creio que esse seja o princípio, pois o princípio é ser o mais realista possível perante todo o cenário macro-económico internacional. O nosso valor é escolhido também tendo em conta o que é mais racional, tendo em conta as previsões que fazem no mundo. O importante é que devemos fazer tudo para deixar de ser monoddependentes deste produto, possivelmente aplicando com maior valor qualitativo as verbas do petróleo na diversificação da economia. E temos de valorizar o preço de cada barril de petróleo que produzimos.

Para essa valorização, era necessário que a Sonangol tivesse um maior peso na produção. O que está a ser feito?

Completamente de acordo. Primeiro começou com a alteração do modelo de governação do sector, com a introdução do papel da agência como reguladora e concessionária, a ANPG para o downstream e IRDP para o upstream, focando-se a Sonangol na produção.

Ter uma percentagem de apenas 2% na produção nacional é uma vergonha...

Sabe que, no início, até para provocar a Sonangol, eu critiquei publicamente esse facto, para criar um sentimento dentro da empresa de “temos de fazer mais”. Daí o plano de reestruturação da Sonangol, que começou a libertação da função concessionária. Depois o plano de privatização de grande parte dos negócios não essenciais, não ligados à sua função operadora, e ainda com a elaboração da estratégia de exploração e produção da Sonangol. Foi amplamente discutida nos nossos conselhos consultivos, e depois a proposta da Sonangol passava por passar de 2 para 20% num determinado período de tempo, mas depois eu próprio pedi mais ponderação, e o que ficou aprovado foi a Sonangol em cinco anos passar o seu peso na produção de 2 para 10%.

Isto apesar dos efeitos da pandemia na indústria dos petróleos?

“Essa responsabilidade de ter de arcar com a importação existindo a subvenção, não é positiva para a Sonangol. Mas é algo que o Executivo está a ponderar”

Nas condições actuais ficaríamos satisfeitos se cumpríssemos essa meta.

Mas para isso é preciso capacidade de investimento. De dinheiro. A Sonangol tem esses fundos?

E não só! Às vezes há dinheiro e não há outras coisas.

A Sonangol ainda não tem as contas equilibradas que lhe permitam ter esses dinheiros.

Também é verdade. Mas é necessária uma estratégia e o essencial, na minha opinião, é ter visão, cumprimento daquilo que se propõe, ter objectivos e metas. O dinheiro vem a posteriori quando há uma estratégia robusta que suporte esses objectivos. Temos essa estratégia, onde de finimos momentos que nos vão ajudar a alcançar essa meta.

Dê-me um exemplo desses momentos.

Por exemplo, temos o bloco 20 e 21, onde está previsto uma exploração conjunta com a Total. Também estamos a trabalhar com a ENI num bloco em Cabinda, 1/14, sendo a ideia que a operadora comence a operação, e depois passe a operação total para a Sonangol. Depois temos os blocos onshore, onde, para além dos que estamos a levar a licitação, a Sonangol já tem participação em alguns, e aí queremos que seja ela a operadora. Por isso, como vê, não é apenas dinheiro, é também necessário ter ideias para concretizar isso.

Mas também é necessário ter a consciência que quando chegar o momento da Sonangol ter de investir é necessário que exista o dinheiro senão os projectos bloqueiam.

Estamos a trabalhar nesse sentido. Sabe, a Sonangol ainda tem participações altas em blocos onde não tem a necessidade de os ter. Nesse sentido, vamos reduzir essas percentagens e que esse valor arrecadado sirva essencialmente para dotar a Sonangol nesse processo do aumento da sua capacidade de operadora. Também com as melhorias que estamos a fazer, a Sonangol tem capacidade de ir buscar investimento essencialmente para a actividade produtiva.

Isso é o tem feito nos últimos anos e vai acumulando dívidas...

Tem ido buscar financiamento, mas nem todo vai para a actividade produtiva. Estou a falar de financiamento para a produção.

Enquanto tiver de arcar com a responsabilidade de suportar a subvenção dos combustíveis vai ser muito difícil.

Realmente essa responsabilidade de ter de arcar com a importação existindo a subvenção não é positiva para a Sonangol. Mas é algo que o Executivo está a ponderar, e penso que serão tomadas as medidas devidas para resolver essa questão. Efectivamente isto é um fardo para a Sonangol. Como sabe, já se aprovou a legislação para a importação e distribuição de produtos refinados, é possível que outros operadores também o possam fazer, então neste negócio, mas, claro, que enquanto não resolvermos essa questão, não é tão atractivo.

É sua opinião que essa questão da subvenção dos combustíveis se vai resolver este ano, ou as condições económicas e conjunturais do País não o vão permitir?

Bem, eu não lhe posso assegurar qual será o momento exacto de solução dessa questão, não é uma responsabilidade do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleo. O que posso assegurar é que o governo tem estado a trabalhar neste assunto, a ponderar todos os factores que estão à volta, podendo assegurar que a decisão será tomada no

sentido de minorar os impactos que esta decisão terá na vida daqueles que utilizam estes produtos no seu dia-a-dia.

Do seu ponto de vista era preferível uma retirada gradual da subvenção ou de uma vez só?

Os dois cenários são possíveis. Nós vimos os dois, também vimos o cenário gasolina/gasóleo, são produtos diferentes com utilização diferenciada...

De concreto, aqui o problema é o gasóleo, que é fundamental para a actividade produtiva

É verdade, é evidente, o gasóleo é o mais preocupante. Os dois cenários são possíveis. Tem muito a ver com a forma como vamos resolver problemas colaterais com esta retirada da subvenção.

Para o sector, o grande desafio é esta reestruturação da Sonangol?

É um dos grandes desafios, mas não é o único. Que começou no início do mandato com a necessidade de separação dessa fun-

ção de concessionária da empresa, que não foi muito bem compreendida por todos...

Ainda teve uma “guerra” com o presidente da Sonangol da altura.

(risos)... não foi bem uma guerra, foi troca de ideias, se calhar...

Uma troca de palavras pouco simpáticas publicamente é mais que uma troca de ideias...

...se calhar. Mas o importante é que a reestruturação da Sonangol prossegue, é fundamental, já demos um passo grande e em breve poderemos dar este processo como encerrado. O que não significa que a reestruturação esteja acabada, mas depois são acções para desenvolver. Foi a separação da função concessionária, foi a elaboração do programa de privatização de grande parte do “non core business”, foi a forte diminuição do número de subsidiárias, nós diminuimos de 19 que tinha para apenas 6.

A Sonangol tem muitos mais trabalhadores do que precisa...

Faz também parte deste plano olhar para os recursos humanos. Há excedente de pessoal, mas tudo estamos a fazer para que esse processo seja feito tendo em

conta a actual situação precária do País. Outra fase é a resolução de todas as questões ligadas à dívida da empresa, e também de incrementar a sua actividade ao longo de toda a cadeia da actividade petrolífera, desde o desenvolvimento, exploração, produção até à refinação, armazenamento e distribuição de combustível.

Mas este também não é um bom momento, quer das subsidiárias como das participações “non core”. Não vai a Sonangol perder dinheiro por que quer vender já?

Sabe, temos de analisar o seguinte (pausa) é melhor parar o processo de privatização? Sabe quais eram os custos parando agora? Ou é melhor dar continuidade arrecadando, se calhar, menos receita do que estava previsto? Do meu ponto de vista é melhor não parar o processo, e é isso que estamos a fazer. Mas, sabe, não podemos olhar apenas para as receitas. Significa

também que a Sonan-

“Manter essas actividades “non core” da Sonangol tem muitos mais custos, a médio e longo prazo, do que privatizar já por um preço mais baixo. Não devemos olhar apenas para as receitas”

gol pode dedicar-se ao que deve fazer. Por vezes manter essas actividades tem muitos mais custos, a médio e longo prazo, do que privatizar já por um preço mais baixo. Tira o foco à empresa, é um activo que se pode transformar num passivo maior, tem custos relevantes. Não devemos olhar apenas para as receitas, mas de uma forma holística, com todas as componentes.

Existem algumas participações mais mediáticas com o BAI, da Unitel...

A da Unitel é uma participação diferente. Apesar das críticas que alguns fizeram pela Sonangol ter feito um investimento em mais 25%, é necessário olhar de forma mais global para outros interesses e outras motivações. O que é importante dizer é que não é nossa convicção que a Sonangol deva ficar para sempre na Unitel, é um processo transitório, e é nosso interesse que a posteriori também saia da Unitel.

“Nunca me passou pela cabeça ser ministro dos petróleos nem ser presidente da OPEP. Isso é um bónus, sinto-me honrado de servir o meu País”



GRANDE ENTREVISTA DIAMANTINO AZEVEDO

“A Sonangol ainda não está preparada para ir para a bolsa”

A Sonangol já entregou os fundos de abandono das petrolíferas à ANPG, que, de acordo com o decreto, tinha como data limite 31 de Dezembro? Trata-se de uma verba muito importante.

Os fundos existem e todo o processo está a decorrer. Não trabalhamos de forma empírica, mas de forma técnica e, por isso, criámos o decreto-lei dos fundos de abandono, que tem cinco anexos e é preciso lê-los todos. Estamos a trabalhar dentro da lei. Esses fundos não são para estarem dormentes, e inclusive criámos a lei da aplicação desses fundos, que prevê que até um máximo de 15% possam ser investidos em títulos de dívida pública.

Ao que sabemos, as empresas petrolíferas não gostaram muito dessa resolução.

Não! Nenhuma operadora contestou. Não houve nada contra, senão tínhamos discutido na altura da elaboração da lei.

No entanto, não existe ainda um regulamento que permita efectivar esse investimento.

Não sei se não existe...

Pelo menos não está publicado em Diário da República.

Isso sim (risos). O que houve foi a necessidade de otimizar a sua utilização, e foi isso que foi feito. Não há qualquer problema com as operadoras.

Mas o decreto dizia que os fundos tinham de ser entregues até 31 de Dezembro.

Mas os prazos também podem ser prorrogados...

Com toda esta transformação completa, com as instituições a funcionar em pleno, com a Sonangol a trabalhar bem, com a agência a assumir o seu papel de regulador e fiscalizador, o ministério vai fazer o quê? Justifica-se a sua existência?

Primeiro dizer que pretendemos com este modelo trazer ao sector mais eficiência e também mais transparência e, com isso, servir melhor os interesses do País e do povo angolano. A função ministerial, com este modelo, não significa que fica mais reduzida ou que desaparece. Pelo contrário, as responsabilidades aumentam. Hoje, com o processo em transição, temos de nos dedicar mais às questões estratégicas, às questões políticas de coordenação do sector e ainda com algumas questões de fiscalização. A função estratégica, a função política e a função de coordenação será sempre do ministério. E é isso que pretendemos do ministério.

Mas isso também não é o que fará a agência?

A agência tem uma função técnica, reguladora. Mas a deci-



“(Gemcorp) Uma pessoa só é culpada quando o processo transita em julgado, até lá é inocente. E para nós são pessoas de bem”

“Tendo como ideia levar a Sonangol e a Endiama para a bolsa, não pretendemos, pelo menos num futuro breve, perder a maioria do capital dessas empresas”

são política, estratégica, é do ministério. A Sonangol é uma empresa que queremos que trabalhe efectivamente bem. Mas quem é o dono? É o Estado. E quem o representa? O Ministério dos Petróleos e o Ministério das Finanças para questões fiscais e patrimoniais. Tendo como ideia levar a Sonangol e a empresa do sector dos diamantes (Endiama) para a bolsa, não pretendemos, pelo menos num futuro breve, perder a maioria do capital dessas empresas. Ou seja, con-

tinuare a ser empresas de domínio público. E aí continua a existir a responsabilidade de uma aprovação dos instrumentos de gestão. Por isso lhe digo que, do ponto de vista qualitativo, as responsabilidades do ministério neste novo modelo aumentam. A responsabilidade final do cumprimento do plano de desenvolvimento do sector será sempre do ministério. Queria só acrescentar que o poder será sempre melhor exercido quando é dividido e, por isso, acredito neste modelo.

“ANGOLA NÃO É UMA POTÊNCIA EM TERMOS DE RESERVAS DE GÁS”

Fale-nos do negócio do gás. Fica a ideia que a Angola perdeu o timing de ter uma posição neste mercado com todos os recuos do projecto LNG.

Primeiro há que desmistificar algo. Do ponto de vista de quantidade de reservas de gás, Angola não é uma potência. Pelo menos pelo conhecimento geológico actual. A produção de gás hoje é proveniente da exploração de petróleo, o que se considera gás associado. Nós não temos jazigos de gás. Se perdemos o momento, não interessa muito abordar agora. O essencial é perceber que o gás está associado à produção de petróleo. Não havia uma lei do gás, que nós aprovámos, e agora já está tudo clarificado relativamente ao que cada um dos agentes que quer investir nesta área tem de fazer.

Qual foi o passo seguinte?

Foi constituir o consórcio do gás, já se falava, mas era necessário concretizar. Onde estão as maiores operadoras e a Sonangol. Isso foi estabelecido. Essencialmente o que se pretende é que exista mais exploração de gás, que também haja investimento no gás não associado, existe potencial, que se dê também mais ênfase à procura, e, por último, resolver o problema da sustentabilidade de abastecimento à Planta da LNG no Soyo e ao ciclo combinado. Queremos também ver se temos produção suficiente para a transformação de algumas centrais térmicas (gasóleo) para gás, para fábricas de fertilizantes, temos propostas para fazer estas unidades e, por último, olhar para os projectos siderúrgicos que precisam de gás como elemento redutor do minério de ferro.

Mas hoje já vendemos gás, já temos rendimento?

A Angola LNG vende algum gás. E não esquecer que também precisamos de gás para consumo doméstico.

Na sua perspectiva, daqui a quantos anos é que eu, enquanto cidadão, poderei comprar acções da Sonangol em bolsa?

O que temos previsto na nossa estratégia é iniciar o processo de privatização, de levar à bolsa, ainda neste mandato. Iniciar, repito.

Isso significa objectivamente o quê?

Nós temos primeiro de transformar a Sonangol numa sociedade anónima, nesta altura não está ainda preparada para ir à Bolsa. A nossa ideia é iniciar o processo, agora em que altura do mandato iniciaremos, não lhe posso dizer. Até porque os nossos planos foram muito afectados pela pandemia. Vamos iniciar, ainda que seja com a aprovação do programa. É o mínimo que queremos ter pronto. E depois o Sr^o João Armando, passado pouco tempo, já poderá comprar as suas acções.

Vamos olhar para as refinarias. Como é que está o processo em Luanda?

Neste sector, de refinação e petroquímica, definimos fundamentalmente e quatro eixos. O primeiro passa pelo aumento de produção de gasolina na refinaria de Luanda. Este processo está a ser realizado em conjunto com a ENI, tem várias componentes, além da componente técnica, de aumento da produção, tem também a formação.

Mas já aumentou a produção?

Não! O processo foi afectado pela pandemia, que teve um foco grande em Itália, de onde é originária a ENI. Mas a nossa ideia é concluir o até ao 1.º semestre de 2022.

Quais são as metas de produção, no final?

Garantir três vezes mais a produção actual de gasolina. Dizer também que já temos os primeiros 45 trabalhadores da Sonangol requalificados, estiveram um ano em formação *on-job* em refinarias da ENI em Itália. O processo é para continuar, tendo em conta os outros projectos que há nesta área.

A refinaria de Cabinda, como está nesta altura?

A refinaria de Cabinda, que o *Expansão* tem acompanhado com bastante atenção, como sabe, começou com um concurso público. Depois de um ano, nós achámos que o vencedor não estava a cumprir os termos de referência e tivemos de tomar a decisão de anulá-lo. Tendo em conta que se tivéssemos de fazer outro concurso público, não iríamos cumprir as metas do plano de desenvolvimento para o sector (até 2022 iniciar a construção de pelo menos uma refinaria).

E foi por isso que entregaram por adjudicação directa ao grupo Gemcorp?

Para cumprir essa meta não era possível fazer outro concurso, que iria demorar mais um ano. Por isso, olhámos para as propostas que já tínhamos, os que tinham concorrido e escolhemos a melhor. Que é a que está a levar o projecto para a frente.

E o que é que se pretende para a refinaria de Cabinda?

Terá uma capacidade de produção de 60.000 barris/dia. O que nós decidimos foi dividir o projecto em três fases, sendo que a primeira fase é a construção de capacidade até 30.000 barris/dia, a segunda a restante capacidade de mais 30.000 barris/dia, e a terceira a optimização dos produtos que vai vender. O nosso compromisso é que a primeira fase esteja pronta no primeiro semestre de 2022. E isso pode apontar e depois cobrar.

Vamos acompanhar certamente...

E agora custos. Como sabe, é um projecto essencialmente privado, sendo que a Sonangol tem 10%. Claro que o promotor apresenta um estudo de viabilidade, onde podemos olhar para os custos de investimento, indicadores de rentabilidade, etc. Nós temos tudo isso, mas a responsabilidade essencial do investimento é do privado, e nós partimos do princípio que eles serão racionais, tentando minimizar os custos de capital. O projecto já está em curso, tivemos primeiro de desminar o terreno, tirar algumas infra-estruturas que lá estavam. Dizer também que os componentes principais da refinaria estão a ser construídos em Houston, por uma empresa americana, VFuels, e a parte de construção está a ser feita com o apoio de empresas angolanas, tudo isso sob responsabilidade do investidor privado. A nossa responsabilidade é o acompanhamento do cronograma que nos foi apresentado, passar as licenças todas...

E porque é que escolheram a Gemcorp?

Porque era uma das empresas que tinha participado. Convém dizer que a Gemcorp está ligada a outros projectos de refinarias em África. Nesta altura, está a acabar uma na Libéria...

Mas também tem alguns processos a correr em vários países africanos, também foi investigada em Angola por causa da importação de alimentos, também esteve ligada a Laúca e à situação com a Odebrech que noticiámos, um rol de coisas...

Sabe João Armando, eu costumava dizer que uma pessoa só é culpada quando o processo transita em

juízo, fora disso é inocente. E para nós são pessoas de bem. E nós não violámos lei nenhuma.

E como está o projecto da refinaria do Lobito?

É um projecto que já começou há muitos anos. Quando nós aqui chegámos e olhámos para os custos de capital da refinaria, do que tinha sido gasto e do total que se previa, achámos que não fazia sentido avançar. E, indagados os responsáveis da Sonangol, o que nos foi dito é que os custos também tinham a ver com o tipo de projecto, com a metodologia. O que propus, e foi feito, foi que devíamos rever os estudos. Este é o processo que está em curso, já bastante adiantado. Contratou-se uma empresa para rever o estudo técnico e outra para rever os aspectos económicos. Duas empresas de renome internacional, a que está a fazer a parte técnica é a KBR americana e a parte económica é a McKinsey.

Qual é o objectivo?

Saber o valor, ainda que aproximado, de quanto custará fazer uma refinaria no Lobito, no terreno actual, com algum trabalho já feito, e com uma capacidade de processamento de 200 mil barris/dia. E de certeza absoluta, posso garantir-lhe, será muito menos do que previsto. Não estaria de bem com a minha consciência se aceitasse o valor que tinha sido estimado.

E será um investimento do Estado ou privado?

Em princípio, nós queremos que a Sonangol tenha também uma participação neste processo.

Uma participação "gorda" ou apenas simbólica?

Isso vai depender do momento e das ofertas que recebermos. Nós queremos fazer a refinaria e, por isso, estamos disponíveis a discutir todos os cenários possíveis. O valor da participação da Sonangol vai depender dos estudos que tivermos, do valor, da situação do mercado, da situação da Sonangol, do País, tudo isso. Também é nosso objectivo, relativamente ao Lobito, relançar o projecto ainda neste mandato.

De acordo com os resultados dos estudos há a possibilidade de não se fazer?

As informações que tenho sobre estes estudos é que os custos serão muito menores do que estava previsto, e não será pelo custo que não irá avançar. Poderão ser outras variáveis.

Variáveis ecológicas...

Ecológicas, não! Essencialmente de mercado.

E a refinaria do Soyo?

Iniciámos um concurso público internacional, eu não estou directamente ligado ao processo, tenho o meu momento e o meu papel próprio, a comissão que está a tratar do concurso é coordenada pelo secretário de Estado dos Petróleos. Foi feita a selecção dos candidatos, nove consórcios que ficaram apurados, e seguia-se a fase de *due diligence* para irmos confirmar se as informações apresentadas correspondiam à verdade. Para este processo foi necessário contratar uma empresa. O processo iniciou, entretanto surgiu a Covid e nós tivemos de parar porque implicava viagens, verificação *in loco*.

Mas há uma data para finalizar esse trabalho?

Entretanto, falámos com a consultora, já reiniciámos o processo e eu espero ter uma resposta até ao final de Janeiro sobre o vencedor do concurso.

Então, ao final do mês, sabemos quem será o consórcio que ficará com a refinaria?

Pelo menos queremos apresentar um relatório público sobre o desenrolar do processo. Se será conclusivo ou não, dependerá de outros factores. Estamos a falar de unidade com uma capacidade de processamento de 100 mil barris/dia.

Com estes projectos todos a funcionar o País terá uma capacidade aproximada de 420 mil barris/dia. Significa isso que vamos conseguir exportar.

Exactamente. Nós queremos fazer parte também de um País que tenha influência nos refinados, essencialmente na nossa região. E é nisso que estamos a trabalhar. Estamos a aumentar a nossa capacidade de refinação, de armazenagem e de distribuição, olhando para os mercados vizinhos. Há pouco tempo reuni com o meu homólogo da RDC e, entre outras questões, discutimos este aspecto. Por exemplo, estamos a pensar exportar da refinaria de Cabinda para o país vizinho. Estamos também a negociar com a Zâmbia a possibilidade de construção do *pipeline* para transporte de refinados. A refinaria do Lobito também está perto do caminho de ferro e estamos a trabalhar sobre as melhores fórmulas de transporte a partir de Cabinda e do Soyo para os países vizinhos.

No que se refere à distribuição e venda de produtos refinados, a Sonangol vai abandonar esta área?

Abandonar, não! Não estaríamos a cumprir aquilo que nos foi dito, que é a empresa estar engajada ao longo de toda a cadeia. Não queremos abandonar, por isso, é que estabelecemos uma

"Estamos a aumentar a nossa capacidade de refinação, de armazenagem e de distribuição, olhando para os mercados vizinhos. Queremos ser uma referência na zona"

parceria com a Total. Queremos reforçar a nossa presença.

Mas vai vender a sua participação na Sonagol?

Sim.

Resumindo, a Sonangol vai ficar ligada aos projectos de refinação e com a parceria com a Total para a distribuição.

Vai ficar também com o armazenagem, o recebimento, ainda o mês passado estive a inaugurar o terminal marítimo do Namibe, estamos a fazer o terminal oceânico da Barra do Dande, com bastante capacidade de armazenagem, estamos a fazer uma pequena *stockagem* em Saurimo, estamos a melhorar as condições de armazenagem e transporte no Moxico, a tratar de melhorar a forma de abastecimento do aeroporto, e mais uma série de coisas nestas áreas.

O IRDP, instituto regulador do *dowstream*, contrariamente à ANPG, é muito "apagado" em termos públicos. Isso é proposto?

Não! Primeiro há que dizer que o *dowstream* está muito menos desenvolvido em Angola que o *upstream*. Depois, é melhor trabalhar primeiro e falar depois. E o IRDP está a trabalhar, é responsável pela lei da liberalização, foi responsável pelo estabelecimento, que não existia, da lei das reservas estratégicas, tem trabalhado na questão dos ajustes dos preços...

Mas não deveria fazer parte da agência? Não deveria ser uma única entidade?

Não! São elementos diferentes, com estágios de desenvolvimento diferentes e, muitas vezes, negócios com actores também diferentes. Faz sentido nesta altura que seja assim. Pode ser que um dia, quando houver maior equilíbrio entre os dois sectores, temos de ter também pensamento evolutivo, dinâmico, mas nesta altura decidimos assim e parece-nos a melhor solução.

Mas as condições de trabalho da ANPG e do IRDP são muito diferentes.

O IRDP ainda não tem instalações próprias, estamos a resolver isso. Lembrar que fez também o mapeamento de todas as bombas de combustível existentes no país e as necessidades que há em cada uma das províncias e municípios. Identificámos 39 municípios onde não há qualquer posto de abastecimento, o IRDP tem feito seminários trazendo a banca e parceiros para investirem neste negócio.



GRANDE ENTREVISTA DIAMANTINO AZEVEDO



“Há conversações com a Rio Tinto e a De Beers para virem para Angola”

Olhando agora para os recursos minerais, começemos pelos diamantes, onde está a aplicar o mesmo modelo usado no petróleo e que, na verdade, foi o sector que mais mudou no seu mandato. São mercados semelhantes?

Há bastantes pareções. O petróleo também é um recurso mineral. Tem as mesmas fases – prospecção, desenvolvimento, parte produtiva e transformação. Mas claro que têm características diferentes. Foi propositado termos começado pelo petróleo, pelo estado de maturidade da indústria, pela importância e pela necessidade de ter um exemplo de que o que estamos a fazer faz algum sentido. A partir do momento em que conseguimos fazer as reformas no sector do petróleo, então começamos com maior incidência no sector dos recursos minerais. A primeira grande mudança que fizemos foi retirar a exclusividade da comercialização de diamantes.

Transportaram directamente o modelo para os diamantes?

Basicamente o mesmo mas com algumas nuances. A estrutura começa pelo ministério, que faz estratégia, a política, depois o Instituto Geológico, que faz a cartografia geológica básica, cabendo acrescentar que se um país não faz investigação geológica básica

“ A Catoca vale 80% da produção de diamantes no País. Ma com o surgimento do projecto do Luaxe e de outros empreendimentos, esta percentagem vai diminuir”

não tem hipótese de atrair investidores, lembrando que esta não serve apenas para o sector mineiro. O planeamento do País precisa da informação geológica para os fenómenos sísmicos, vulcânicos, ordenamento urbano, defesa, agricultura, tudo isso.

O Instituto já existia.

Sim, já estava a trabalhar. Criámos depois a Agência Nacional dos Recursos Naturais, fundamentalmente com a acção reguladora e concessionária, depois a Endiama, sem a função concessionária, em fase de reestruturação para ser uma verdadeira empresa operadora, para estar presente em toda a cadeia...

A Endiama só vai trabalhar os diamantes?

Só! Extinguimos a Ferrangol, que era empresa estatal que fazia os outros recursos minerais. A Sodiam vai mudar o seu papel, vai perder na sua essência a comercialização, poderá fazer em casos excepcionais, mas a comercialização no seu geral passará para a bolsa de diamantes que estamos a criar. E depois damos uma grande importância às operadoras privadas, nacionais e estrangeiras, essas sim fundamentais para que todo o sector mineiro se desenvolva.

Relativamente aos diamantes, acredita que a produção vai mesmo crescer nos próximos anos?

A meta que tínhamos no nosso plano inicial era atingir 13,8 milhões de quilates no final de 2022. Mas, devido ao problema da Covid-19 nós revimos todas as metas, até na produção de petróleo. A meta agora está reduzida 10,055 milhões para essa data. A grande questão dos diamantes, do petróleo e de outros recursos minerais é o preço. Nós não dominamos o preço, é uma variável exógena. E, como sabe, a produção também depende do preço. Se ninguém compra, não vou produzir. Mas capacidade para o aumento da produção existe.

Existem novos projectos para este sector?

Nós temos um projecto em desenvolvimento, o do Luaxe, que tem um potencial de produção maior que a Catoca, embora estejamos com alguns problemas nas águas subterrâneas, mas já estamos na fase de grande amostragem e já se vai produzindo alguns diamantes...

Mas o sector continua muito dependente de Catoca.

Claro, Catoca vale 80%. Mas com o surgimento do Luaxe e de outros empreendimentos, esta percentagem vai diminuir. Também é necessário garantir que, quando Catoca começar a baixar a sua produção, os recursos são finitos, tenhamos um outro projecto com alguma grandeza para colmatar essas quebras. Mas também a reestruturação que estamos a fazer em alguns empreendimentos irá contribuir para este aumento de produção. Deixe acrescentar que também estão a aparecer outros projectos, primários e secundários.

Têm a participação do Estado ou são totalmente privados?

Em princípio, a Endiama continuará a participar nos projectos, sendo que estamos também a reestruturar a Endiama. Nos projectos primários, normalmente

UM PERCURSO NO SECTOR

Diamantino Azevedo começou a sua formação no Instituto Nacional de Petróleos do Sumbe, fez a licenciatura, o mestrado e o doutoramento na Alemanha. Em 1997, entrou para o Ministério da Geologia e Minas, onde foi director nacional para o Intercâmbio Internacional e vice-presidente do Fundo de Desenvolvimento Mineiro. Em 2002, por candidatura própria, tornou-se director Geral dos Recursos Minerais da África Austral e Oriental na Tanzânia, tendo regressado ao País em 2006, por convite do então Presidente da República, para ocupar o cargo de PCA da Ferrangol. Doze anos depois, em 2017, João Lourenço convidou-o para ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, depois de ter lido algumas das suas ideias para a reformulação deste sector. Tem também um percurso ligado ao ensino com muitos anos.

conhecidos por kimberlitos embora existam outras rochas que têm diamantes, nós queremos que a Endiamase mantenha, deve manter a função operadora, inclusive que opere alguns sozinha. Já estamos a trabalhar nesse sentido. Operar sozinha projectos, primeiro pequenos projectos e, quiçá, depois projectos grandes. O que estamos a aprofundar é se precisamos de ter a Endiamase em projectos secundários, em especial aqueles de pequena e média dimensão...

Mas existem parceiros internacionais interessados em vir para o nosso País?

Estamos a negociar com vários, neste momento temos apenas a Alrosa, mas existem conversações com a Rio Tinto, com a De Beers e com outras grandes empresas para virem para Angola. Não apenas para ter cá as grandes empresas, mas também por uma questão estratégica profunda.

Explique-nos....

Como sabe, hoje já temos no mercado os diamantes sintéticos, lembrando que o grande constrangimento era o custo de produção, mas quem tem vindo a baixar. E grandes empresas são produtoras de diamantes sintéticos, a De Beers é uma das maiores. É necessário tê-los cá, fazer com que invistam também no diamante natural e evitar que se concentrem cada vez mais no diamante sintético.

O Estado vai abandonar completamente a comercialização?

Não! Vamos manter a Sodiam, como órgão regulador da comercialização de diamantes. Até para mantermos o dito canal único e também cumprir os requisitos do Processo de Kimberley. E também estamos mais perto das questões de estatística, de verificação de preços, de defesa de interesses próprios. Mas a comercialização passará principalmente pela Bolsa de Valores e também pelos interesses das principais empresas, não queremos afugentá-las, antes trazê-las para o nosso mercado.

Não será obrigatório aos operadores venderem os seus diamantes na Bolsa

Não. A Bolsa será um veículo onde poderão vender, embora tenhamos de analisar caso a caso. O mercado dos diamantes está muito dinâmico e não podemos pegar numa bolsa e dizer "está aqui e comercializam através dela". A nossa Bolsa não vai surgir do céu e toda a gente vai dizer já não vou a Antuérpia ou ao Dubai. É um processo, não podemos exigir isso aos grandes operadores

Mas há também outros aspectos...

Claro! Os aspectos à volta são muito importantes. Se o comprador para vir comprar a Angola precisa de visto que demora 15 dias a sair, mas para ir ao Dubai não precisa de visto, não há hipóteses. Por isso é que estamos a pensar que a Bolsa deve estar numa zona franca, por exemplo. Temos de olhar para os impostos todos. É um processo.

Ter uma bolsa a funcionar obedece também a determinados requisitos.

Dou-lhe um pequeno exemplo. Há algo que se utiliza nos diamantes, a limpeza e classificação, aquilo que os ingleses chamam de "boiling". Nós não fazemos isso em Angola, há equipamento próprio, e nós temos de desenvolver essa área para podermos ter a Bolsa a funcionar. Temos de trazer as melhores empresas, os melhores equipamentos, de forma a que as empresas possam dizer "porque é que vou vender fora se aqui temos as condições". E isso não se faz por decreto-lei, os operadores têm de acreditar e ter confiança

"Hoje já temos no mercado os diamantes sintéticos, lembrando que o grande constrangimento era o custo de produção, mas que tem vindo a baixar"

Mas vai haver uma lei para regular este processo

Mas o que a lei vai dizer é que tem de vender uma parte da produção às fábricas de lapidação que estão instaladas no País. O Estado quer também uma parte para as suas reservas estratégicas, por exemplo. E depois, meus senhores, consoante formos tendo melhores condições para selecção, limpeza, as melhores casas de

leilão do País, então venham para a nossa Bolsa. Veja que uma empresa pequena/média com estas condições tem muitas mais vantagens se vender na nossa Bolsa do que levar a sua produção para vender no estrangeiro

Essa Bolsa é um sonho ou tem um prazo temporal para funcionar?

Primeiro tivemos de sonhar e agora tem um prazo. Se não surgiram outros factores de força maior, nós queremos começar de maneira experimental, a partir de 2022. Ainda neste mandato. Dizer também que já não é sonho o aumento da capacidade de lapidação de diamantes em Angola. Nós, quando iniciámos o mandato, e encontramos uma fábrica a funcionar assim-assim, hoje temos quatro, sendo que todas em Luanda. Mas estamos a criar um pólo de lapidação de diamantes em Saurimo. Algo inclusivo para fazer parte da cidade, com uma zona comercial, centro de conferências, duas escolas técnico-profissionais, uma para formar técnicos-base (mecânicos, electricistas, tratamento mineiro, carpinteiro, não só pessoas para trabalhar nas minas), vai ter um centro de excelência, uma escola-fábrica de lapidadores, bancos, comércio, etc. O centro terá um espaço para 26 fábricas...

Isso é optimismo

Eu sou optimista. Senão não estava aqui a fazer nada. Para ver que o centro também não é sonho, queremos inaugurar no final do próximo ano, tendo no mínimo a funcionar a fábrica maior, a escola, esses empreendimentos principais. Temos de inaugurar para atrair mais pessoas, para verem que existe, para acreditarem neste projecto.

INICIATIVA DE TRANSPARÊNCIA DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA

O Presidente da República anunciou a adesão de Angola à Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva, o que dará ao sector uma maior visibilidade internacional em termos da defesa dos valores que esta indústria deve obedecer. O ministro Diamantino de Azevedo começa por explicar que "não fomos obrigados, fazia parte da nossa estratégia. Tínhamos solicitado que era necessário fazer todo o trabalho de preparação e quando tivéssemos todas as reformas dos petróleos e dos diamantes implantadas, aí sim, estaríamos em condições de formalmente dar início ao processo. É o que está a acontecer agora".

Este é um processo que pode demorar até 18 meses, foi nomeado um coordenador, o próprio ministro, que agora tem como tarefa constituir uma comissão para acompanhar

esta adesão. Farão parte da comissão membros instituições públicas, ministério, empresas e membros da sociedade civil. "Já publicámos um anúncio no Jornal de Angola para os que se queiram candidatar a entrar na Comissão, sendo que estamos a falar de ONGs que se dedicam às matérias da indústria petrolífera e diamantífera, às questões ambientais, etc. Também já temos a garantia das empresas petrolíferas que vão participar, muitas delas já o fazem noutros países, sendo que ainda este mês vamos nomear o comité nacional", explica o ministro.

Explica também que há necessidade de ter um secretário executivo, definir um orçamento próprio e, depois, entregar o pedido formal de adesão, cumprindo todos os passos que estão definidos. O processo já arrancou.

SECTOR COM POTENCIAL

"Já exportamos ouro, embora ainda em pequenas quantidades"

Já vendemos ouro produzido em Angola?

Já! É um projecto pequeno, que foi feito pela Ferrangol e que me orgulha bastante porque foi feito por engenheiros angolanos. Foi dirigido por mim, enquanto PCA da Ferrangol, mais do ponto de vista teórico. Uma parceria com uma empresa privada, que já fez duas, e penso que está a fazer a terceira exportação. Mas quantidades pequenas.

Podemos ser produtores de ouro com alguma dimensão ou será sempre uma actividade marginal?

Este processo que falei é no Chipindo, na Huíla. Existe já uma outra empresa no Huambo que vai fazer este ano a primeira exportação. Para o ano, pensamos ter a funcionar mais dois projectos no ouro. Mas existem já muitos outros projectos a desenvolver-se. O potencial existe, mas existem outros países que estão há muito tempo nesta actividade, que já têm um histórico.

Que outros minerais temos com potencial em Angola?

O conhecimento geológico do nosso País é pouco preciso e daí o Plano Nacional para ajudar. Neste momento, conseguimos trazer para Angola uma grande empresa mineira, a Angloamerica, que assinou conosco cinco contratos para a prospeção de metais básicos. Isto é um grande êxito. Temos vários projectos para fazer prospeção de cobre, temos empresas a fazer prospeção de lítio, prospeção de manganês, prospeção de nióbio em Quilengues na Huíla, temos também um projecto que neste primeiro semestre podemos ter novidades de entrada em produção no Longonje, Huambo, de terras raras. É um projecto entre a Ferrangol, que vai sair, empresários angolanos e uma empresa júnior australiana, cotada nas bolsas internacionais, e se correr bem teremos um projecto muito interessante. É o futuro, as terras raras. O Fundo Soberano entrou neste projecto.

O sector mineiro pode crescer mais que o petróleo?

Há perspectiva nesse sentido

Mas pode crescer mais ou muito mais?

Relativamente ao existente, muito mais! Lembrar também o projecto que temos para o ferro. Já temos o empreendimento de Cassinda, que é muito conhecido, a Ferrangol também vai sair e foi concedido a uma empresa siderúrgica turca privada. E foi intencional, porque é nossa estratégia ter uma siderurgia. Nesta altura, já temos cerca de 20 técnicos turcos a trabalhar na Jamba, e com a libertação da Sonangol do porto mineiro, que o

utilizava para fazer as suas descargas, vamos agora fazer as adaptações necessárias. É um projecto muito interessante, parte da produção vai para exportar, para as suas necessidades, eles têm várias siderurgias na Argélia, na Turquia, na Europa, e parte será para a produção de aço em Angola, queremos instalar a siderurgia no Namibe.

O ferro assume um papel importante.

Há também o projecto privado onde a Ferrangol está, mas vai sair, no Cuando Cubango de minério de ferro para a produção de ferro gusa. É um produto intermediário entre o ferro e o aço. Que é diferente de vender ferro concentrado, já tem mais valor. Embora grande parte do ferro gusa vá para a produção de aço, há uma parte que já pode ser utilizado em produtos finais e internamente. Por exemplo, as tampas dos colectores de esgotos, charruas, etc...

Existem outros em processo de licenciamento?

Estamos a negociar o projecto de Kíssala Quitungo, no Cuanza Norte, que levámos a concurso, mas não houve propostas que nos interessassem, e agora estamos a fazer negociação directa. E não esquecer os outros recursos minerais.

Dê-nos exemplos.

O cimento. As pessoas tentaram dar uma imagem que o clinquer aqui era um fantasma, mas não. É ferro e argilas, que, quando se junta o gesso, dá o cimento. As rochas ornamentais, que já têm uma produção significativa, mas que podem aumentar muito mais. A nossa preocupação é resolver alguns constrangimentos que os operadores reclamam – taxas portuárias, energia, transportação – são legítimas, e se nós resolvermos vai haver um aumento da produção.

O constrangimento no acesso aos mercados internacionais é muitas vezes referido.

Neste momento, o mercado não está mau. Temos o mercado tradicional, a Itália, Espanha e, agora, a China. Há neste sector um bom nicho de mercado para as empresas nacionais. E nós temos estado a apoiar. Fomos à feira de Verona, trouxemos a Angola o presidente da Associação dos Empresários da Pedra da Europa. Também criámos no Lubango, sem recurso ao OGE, um centro de valorização das rochas ornamentais, que serve para quando se faz a prospeção os operadores tenham um sítio específico para levar as suas rochas para analisar. Está pronto e vamos inaugurá-lo em breve. Já funciona e terá também um espaço para ensino dos técnicos base.